

MASSACRE DE CORUMBIARA: EXPERIÊNCIA VIVIDA, PERCEBIDA E MODIFICADA NOS RELATOS DOS TRABALHADORES QUE LÁ ESTIVERAM

Giselly Juchnievski de Oliveira¹
Marcel Eméric B. de Araújo²
William Kennedy do Amaral Souza³
Juliana Juchnievski de Oliveira⁴
Solange Juchnievski de Oliveira⁵

RESUMO

A questão agrária no Brasil é marcada por uma longínqua luta de classes. A violência, no entanto, é um fator que traz destaque negativo ao processo de divisão justa e igualitária das terras produtivas no País. As terras da região Amazônica têm em sua história recente marcas do sangue, de homens e mulheres simples, que na luta por uma vida digna o derramaram em batalhas contra um regime organizado pelo Estado e pela elite latifundiária. Em Rondônia, no ano de 1995, o pequeno município de Corumbiara, localizado no sul do estado, viveu de perto um sangrento massacre de trabalhadores rurais sem-terra, conhecido hoje, como “Massacre de Corumbiara”. A luta pela desapropriação de terras da fazenda Santa Elina levou à morte no mínimo dez trabalhadores rurais e dois policiais militares. Quase vinte e três anos após o ocorrido, pouco se fala no caso, tanto nos meios de comunicação midiáticos, como na academia. Neste trabalho apresentamos resultado de um projeto de extensão no âmbito do Instituto Federal de Rondônia (IFRO - Colorado do Oeste) que realizou atividades como forma de não enterrar o caso Corumbiara. Trabalhando os conceitos de experiência (THOMPSON, 1981) e memória (HALBWACHS, 2003) e, considerando que homens e mulheres rememoram experiências vividas ou herdadas de um ou mais grupos sociais, o nosso desafio foi compreender como alguns trabalhadores e trabalhadoras, envolvidos no caso Corumbiara e mediados na dialética presente-passado-futuro, produzem sua existência material e simbólica e em que medida está viva na memória dessas pessoas o terrível massacre. Manter viva a história do Massacre de Corumbiara é manter viva a história de um Brasil que insiste em esquecer e “enterrar” fatos que demonstram, ainda que de maneira sutil, a força de seu povo.

Palavras-chaves: Massacre de Corumbiara; Experiência; Memória; Questão Agrária.

¹Bacharel em Engenharia Agrônoma (IFRO)/professora substituta no Instituto Federal de Rondônia –Colorado do Oeste – IFRO. E-mail: giselly.oliveira@ifro.edu.br.

²Licenciado e bacharel em Geografia (UFPB), mestre em Geografia (UNIR), doutorando em Agronomia pela UNESP Ilha Solteira/Professor do Instituto Federal de Rondônia – Colorado do Oeste – IFRO. e-mail: marcel.emeric@ifro.edu.br

³Licenciado e bacharel em Ciências Sociais (UFMT), mestre em Educação (UFMT), doutorando em Educação (UFF). Professor do Instituto Federal de Rondônia – Colorado do Oeste – IFRO. e-mail: william.souza@ifro.edu.br

⁴Licenciada em Ciências Biológicas pelo Instituto Federal de Rondônia – Colorado do Oeste – IFRO.

⁵Graduanda em Direito pela Universidade de Cuiabá (UNIC).

A questão agrária do Brasil

É pela experiência que homens e mulheres definem e redefinem suas práticas e pensamentos. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. [...] Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (THOMPSON, 1981, p. 17).

Muitos anos se passaram desde o início do efetivo debate acerca da reforma agrária no Brasil, no entanto, muitas dúvidas e contradições permeiam a história de uma nação que mal pode dar uma definição concreta a respeito do tema, seja por falta de conhecimento, seja pela falta de informação, ou mesmo, pelas ideias distorcidas de debates que insistem em deixar a mercê da ignorância, milhares de brasileiros, e principalmente, camponeses, que se perguntam “quando o Estado terá uma política eficiente de reforma agrária?”.

Portanto, não há espanto em se comparar este tema à um “cavalo de batalha de todas as correntes ideológicas” (SILVA, 2013), onde grupos opostos dão significados a que lhes interessem em detrimento da reforma agrária verdadeiramente camponesa e assistencial, como se prevê em diversos planos e leis, destacados por Cosme (2016), como o “Estatuto da Terra de 1962, I Plano Nacional de Reforma Agrária de 1985, Constituição de 1988, Lei Agrária de 1993 e o II Plano Nacional de Reforma Agrária de 2003”, mas que, postos à prova pela realidade atual, não saíram do papel, dando vistas a um modelo agrário latifundista, priorizando o crescente e influente agronegócio e parecendo ofuscar de vez, o campesinato.

Fato é que, apesar do enfoque na discussão agrária desde a década de 1980 até os dias atuais, pouco interesse se nota da opinião pública, no entanto este debate tem “florescido naturalmente”, por meio de artigos, livros e textos, que mantém ininterrupta esta parte ofuscada da nossa história (STÉDILE, 2013).

Para Carter (2010), a reforma agrária é um “processo clássico de redistribuição de riqueza desde a antiguidade”. Todavia, o que se vê, desde o período colonial, é a desigualdade social e a concentração fundiária, onde se tinha um modelo de organização social baseado em três componentes fundamentais: a monocultura, a propriedade fundiária e o trabalho escravo. O agricultor subsistiu neste período assim como o faz nos dias atuais, subordinado a grande propriedade, resistindo a barreiras e imposições e estando sempre em posição secundária no processo produtivo (MIRALHA, 2006). Nota-se, portanto, que mais uma vez, o presente espelha-se no passado, enquanto o agronegócio produz para a exportação os produtores produzem o que realmente alimenta a nação.

No que diz respeito a evolução da reforma agrária em si, com o fim da ditadura, em meados de 1980, dá-se início a reforma agrária no Brasil, pois o governo voltava a ser democrático o que permitia que movimentos sociais, igrejas, sindicatos, partidos políticos favoráveis a esta prática, pressionassem o governo para a realização da reforma agrária, resultando na criação dos principais grupos de pressão a favor da reforma no final da ditadura militar (COSME, 2016).

Apesar de todo esforço, e mesmo da criação da Política Nacional de Reforma Agrária (PNRA) criado no governo democrático de Sarney, mais uma vez se vira o fortalecimento dos grandes proprietários de terra apoiados pela crescente resistência a qualquer tipo de reforma, uma vez que a propriedade de terra é interesse de influentes setores da economia, e tal prática, desafia estes interesses, resultando em ações que significam, “não fazer reforma agrária” (MARTINS, 1997). Segundo Cosme (2016), “mais uma vez o Brasil teve uma oportunidade de realizar reforma agrária e novamente ela é barrada pelos interesses particulares dos grandes

proprietários de terra”. Esta constatação corrobora com a ideia do notável pensador Caio Prado Jr. (2000), indicando que a concentração de terra e sua utilização em benefício de uma parcela ínfima da população em detrimento de milhões que dependem desta para seu sustento, gera danos econômicos, sociais e políticos para a sociedade.

Desse modo, diante de todos os impasses, o número de assentamentos de reforma agrária criados desde 1990 marca a vitória de grupos e movimentos sociais de luta pela terra, e que tais vitórias são assombradas por carências no que se refere a crédito e extensão rural, a educação, saúde e lazer, acompanhados do equívoco de não considerar as peculiaridades de cada região, mascarando a possibilidade de realmente o camponês produzir de forma viável (MIRALHA, 2006). O mesmo autor questiona ainda que o Brasil não tem realizado reforma agrária, mas uma distribuição de terras despreocupada com o futuro do assentado, sem oferecer as condições ideais de produção e de sua permanência com qualidade no campo.

Triste realidade é descrita claramente por Martins (2003) citado por Cosme (2016), afirmando que os sujeitos da reforma agrária são parte [...] de um conjunto grande de descartes sociais e de alternativas de vida não realizadas, da desagregação de velhas relações de trabalho, de destinos não cumpridos, histórias pessoais truncadas por bloqueios de diferentes tipos oriundos de diferentes causas”

Rondônia: “Terra sem homens para homens sem-terra”.

“Antes de conhecer Rondônia, a primeira cena que me vinha a mente era a floresta. Densa, gigante, úmida e assustadora” (Peres, 2015). As palavras de João Peres, jornalista e escritor em seu livro “Corumbiara: caso enterrado”, inspiraram a primeira frase deste capítulo e, sua obra, a realização deste trabalho, pois nada descreve melhor o pensamento de centenas de pessoas a respeito de um estado jovem, mas, com uma história marcada por sangue, lutas e memórias, que a muitos assusta, mas a tantos outros, motiva.

Sabe-se que a realidade deste estado é outra, a dinâmica de distribuição de terras é ineficiente e a permanência dos camponeses nela é assombrada e colocada contra o paredão de soja e da pecuária de corte, cujas características, moldam novas formas para Rondônia, tornando utópica a imagem desta floresta densa e gigantesca, e aflorando a visão, para a realidade de um agronegócio excludente, ganancioso e explorador. Depois de tantas lutas, a população rondoniense assistida pelos próprios programas de colonização que previam o fim do latifúndio, se vê mais uma vez, massacrada por “ele”.

Protagonizada por conflitos agrários, descaso e apropriação de bens e recursos que simplesmente saem do estado e pouco retornam, a história do Estado de Rondônia se dá efetivamente em 1970, com sua colonização como estratégia de Estado (ARAÚJO et al., 2018).

Movidos pelo sonho de conquistar terra e trabalho e incentivados pelos projetos de colonização implantados pelo governo militar da década de 70, migrantes de todas as partes do país se deslocaram em massa para o então Território Federal de Rondônia (ARAÚJO; SOBRINHO; SOBRINHO, 2018). O envio destas centenas de famílias para a região norte foi realizado pelo governo através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) com a campanha de colonização e integração da Amazônia, cuja ação foi escoltada pela segurança nacional e pela concretização do PIN (Plano de Integração Nacional). Sendo assim, para Coy (1988), ao longo dos anos de 1970 e 1980, Rondônia teve seu DNA construído por famílias oriundas principalmente do Nordeste e da região centro-sul do país, garantindo a esta unidade federativa uma diversidade cultural inigualável.

Como se vê, Rondônia em sua criação⁶, acolheu cidadãos expropriados de suas terras e de seu trabalho, por meio de programas de colonização, cujo real motivo, nunca fora a

⁶Estamos tratando por criação a passagem de território federal para estado o que se deu pela lei complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981.

distribuição justa e racional da terra, mas sim “resolver problemas das estruturas sociais e econômicas de outras regiões, deslocando migrantes do centro para a periferia” (COY, 1988). O mesmo autor afirma ainda que, a implantação dos Projetos Integrados de Colonização (PIC’s) buscavam minimizar os conflitos de terra no centro-sul e nordeste e ocupar a “última” fronteira agrícola do país que por apresentar alguns fatores positivos, como a existência de estradas (como a Cuiabá-Porto Velho), a alta porcentagem de terras públicas e a fertilidade dos solos, resultou em sua rápida colonização, culminando na implantação do primeiro Projeto Integrado de Colonização em Rondônia, o PIC Ouro Preto em 1970.

Segundo Oliveira (2010), foram criados inicialmente três programas de colonização, dos vários projetos implantados pelo INCRA em Rondônia, sendo estes: PIC – Projeto Integrado de Colonização, PAD – Projetos de Assentamento Dirigido e PAR – Projeto de Assentamento Rápido. Programas como estes e as dezenas de outros que existiram, moldam a história do Estado de Rondônia, que traz em sua essência o dom maternal da acolhida e do aconchego de um lar, mas também, muitas cicatrizes de conflitos agrários, diariamente maquiados por novas formas esquecimento e omissão.

As mãos sujas de sangue pelos conflitos agrários de Rondônia

[...] “temos as mãos sujas de sangue, deixamos digitais por todas as paredes” (Peres, 2015). Nada resume melhor a questão agrária rondoniense, marcas de sangue sujam a história deste povo na luta por terra e trabalho digno. Em 2013, Rondônia ultrapassou o Pará, campeão em número de mortes em conflitos agrários. Segundo dados da CPT (2013), somente no ano de 1986 o Pará não liderava a lista dos Estados brasileiros com mais mortes por conflitos agrários. “Mas, se hoje Rondônia ultrapassa estados como o Pará em relação as mortes no campo, é uma prova de que a questão agrária não foi resolvida pelos projetos de colonização que ainda exerce influência na organização fundiária rondoniense” (ARAÚJO; SOBRINHO; SOBRINHO, 2018).

Para Mesquita (2005) a luta pela terra no Brasil é “secular e institucional”. Prova disso, é a priorização das políticas agrícolas e agrárias dos órgãos estatais para o latifúndio em detrimento da grande maioria realmente necessitada de trabalhadores que são excluídos do acesso à terra e ao trabalho.

Protagonizando a questão dos conflitos agrários de Rondônia, descreve-se um dos maiores massacres por Terra no Brasil: centenas de famílias que em julho de 1995 ocuparam uma fazenda no município de Corumbiara, extremo sul do estado, foram surpreendidas em 09 de agosto do mesmo ano pela polícia militar que decidiu levar a cabo a operação de reintegração de posse forçada por um mandado policial, seguido por erros, violência, 12 mortes e cinco condenações: o Massacre da Santa Elina (Peres, 2015).

No desejo de não deixar morrer a história de centenas de camponeses que lutaram e que ainda lutam e sofrem todas os dias “formas modernas” de massacre, objetiva-se com este trabalho preservar as memórias do massacre, trazendo-as na forma de relatos de jovens cujas falas são apenas lembranças ouvidas, vistas ou vividas indiretamente de uma das maiores chacinas rurais do país.

Metodologia

Partindo-se do conceito de que a memória tem funções importantes [...] “na apreensão do histórico, no plano geral de sua significação como sustento de continuidade da experiência”, como a capacidade de lembranças de vivências no presente, (AROSTÉGUI, 2004, p. 162 citado por MAGALHÃES e TIRIBA, 2018, p. 77). O presente trabalho buscou relatar memórias construídas, não pela experiência pessoal de cada um, mas indiretamente, por meio de memórias

de pessoas muito próximas, que de fato as viveram, como pais, parentes e amigos de jovens (crianças na data do massacre) que moravam próximo a fazenda Santa Elina.

As memórias aqui relatadas partem diretamente das autoras Giselly, Juliana e Solange, já que a família Juchnievski de Oliveira morava próxima ao acampamento e até hoje está na região. Crianças à época da infeliz tragédia, as autoras conviveram com os relatos sobre o massacre ao longo de suas vivências e, portanto, possuem a versão da história daqueles que lhes contaram e que recordam como se revivessem cada cena sempre que a história é contada ao redor da mesa de jantar, em encontros com amigos ou em momentos de celebração da memória dos que morreram em 9 agosto de 1995, memórias estas que muitos fazem questão de deixá-las guardadas e adormecidas, à espera de que nunca precisem ser despertadas novamente. Mas, resgatar a memória das lutas sociais e dos trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nessas lutas é primordial para entendermos as disputas entre as classes, as táticas desumanas do sistema capitalista e as estratégias de resistências dos trabalhadores.

Queremos sublinhar a importância de considerar experiências sociais concretas que ocorrem em determinados tempos e lugares, resistem, ficam latentes ou se dissipam na memória coletiva. O estudo das práticas que permeiam o presente remete-nos à totalidade social onde se verificam as relações de classe, conduzindo-nos à natureza dessas práticas. (TIRIBA & MAGALHÃES, 2018, p.64).

Assim como relatado por Bermeo (1992) citado por Magalhães (2018), em seu estudo sobre os comportamentos políticos após a ditadura, em que as lições de experiências vividas neste período podem ser tão profundas, interferindo mesmo em alguns valores pessoais, tratando-se de experiências que produzem transformações cognitivas importantes. Desse modo, o presente artigo pretende tratar das memórias de experiências vividas como lições que inferiram em aprendizados, conquistas, motivação, crenças e traumas de três irmãs que moravam próximo a fazenda Santa Elina, local onde ocorreu o massacre.

Corumbiara: o palco esquecido de uma história mal contada

O município de Corumbiara no estado de Rondônia está situado a uma latitude de 12°59'55" Sul e uma longitude de 60°56'37" Oeste. Seu bioma segundo o IBGE (2013), é o amazônico e sua extensão territorial é de cerca de 3.060,321 Km², com uma população de aproximadamente 8.783 habitantes. Este município é marcado pela presença de um número considerável de assentamentos de reforma agrária considerando sua extensão territorial e quantidade de habitantes. Corumbiara encontra-se na mesorregião do Leste Rondoniense e na microrregião de Colorado do Oeste, área localmente conhecida como “cone sul” de Rondônia (ARAÚJO & OVEIRA, 2018)

Sendo constituído em sua maioria por fazendas, tem densidade geografia inferior a 3 hab/km² e PIB per capita 21651,45 R\$, em contraponto, 42.4% da população contava com rendimento nominal mensal de até meio salário mínimo por pessoa, segundo levantamento do IBGE (2010 e 2015).

Com poucos investimentos na área de lazer, o município de Corumbiara também é carente na área de saúde e enfrenta diversas dificuldades na oferta de educação aos seus munícipes, sendo que no período chuvoso, os moradores dos Assentamentos Guarajus (Vanessa), Adriana e Verde Seringal ficam isolados da cidade, em virtude dos terrenos com relevo acidentado onde se localizam esses assentamentos. No campo da segurança, não há unidades do Corpo de Bombeiros, de Polícia Civil, de Polícia Técnica. O município conta apenas com uma unidade da Polícia Militar.

A economia do município é voltada majoritariamente para o setor agropecuário, vindo o setor terciário, como na maioria dos municípios rondonienses, em segundo lugar (ARAÚJO & OLIVEIRA 2018).

Um município conhecido por poucos, mas que foi palco de uma história que correu o país e até outros países, Corumbiara ganhou notória exposição quando da veiculação do triste episódio ocorrido em nove de agosto de 1995, popularmente conhecido como “Massacre da Santa Elina”. Apesar da ampla divulgação do ocorrido à época, fato é que esse trágico acontecimento caiu quase que em total esquecimento, ou caminha para isso, pois apesar da barbárie, do número grande de vítimas, as versões ainda são díspares e as especulações a respeito de como se deu o desfecho também não encontraram respostas e explicações que justifiquem os fatos.

As memórias do massacre: O preço da terra é o sangue do homem

Hoje o passado parece esquecido, adormecido, mas basta que alguém toque no assunto para que as histórias ressurgam, e as memórias vão se emergindo, como se nunca tivessem sido adormecidas. Talvez essa fuga do passado, esse esquecimento cômodo seja a única maneira de acalantar àqueles que não pudemos salvar... Foi assim que crescemos, ouvindo histórias de sangue, luta e resistência ao invés de contos e estórias de princesas felizes; nossos personagens, manchados de sangue e chumbo, de tanto ouvi-los, parece que os conhecemos de fato, e hoje, somos nós, os responsáveis por recontar essa história, de repassá-la aos nossos descendentes e evitar que caia no esquecimento, que inconscientemente, adormecemos algumas partes das memórias que nossos pais e vizinhos tão insistentemente construíram em nós. Trata-se, portanto, de memórias construídas por lembranças transmitidas a nós por pessoas que conhecemos intimamente, que nos forneciam detalhes suficientes para nossa mente ‘desenhar’ os fatos; logo, nossas memórias são como fotografias de uma história triste que assistimos através dos olhos daqueles que moravam ‘encostado’ na fazenda palco do massacre, e assistiram, quase que de camarote, ao show de horrores e tortura sem sequer poder ajudar de fato.

Naquele dia saía gente (sem-terra) correndo da fazenda e queriam se esconder nos barracos dos assentados mais próximos; um vizinho que residia “encostado” na fazenda Santa Elina sempre contava que um sem-terra escondeu debaixo da cama na casa dele. Teve que pedir pelo amor de Deus para o moço sair de lá e ir ‘embora’, pois tinha medo de a polícia fazer algo contra ele e a família. Como a entrada do assentamento estava fechada pela polícia, e era o local onde ela mantinha presas todas as pessoas que passavam na estrada, a alternativa era correr para mato ou sair pelo sítio desse vizinho. “Eu estava ali, a polícia passou em casa para beber água, todo mundo passava ali... e mais outras coisas, sobre o tiroteio, como era o policial... diz que era policial, mas nem todos que passaram eram da polícia, o que estava passando mais ali era pistoleiro, por que eu nunca vi policial andar de calçado de kichute...” Não sabíamos o que era kichute, mas sabíamos que não era calçado de polícia!

Dentre suas lembranças do dia do massacre, recordava-se da polícia passando em sua casa, com um homem em uma rede; não dava para saber se estava morto ou só ferido, e várias pessoas presas, uma amarrada na outra... Elas estavam com sede e a polícia não deixou beberem água, lamenta. Contava-nos que sua esposa tentou buscar leite para poder dar para as crianças, mas a polícia não deixou passar. Sempre que ele chegava nesse ponto da história, seu filho, criança na época assim como nós, porém um pouco mais crescido, dizia: “disso eu lembro! É a única coisa que lembro mesmo, com detalhes! É que eu e a mãe fomos lá embaixo, buscar leite para levar lá para dentro do assentamento, aí quando chegamos lá a mãe falou que o leite era para fazer bolo para o meu aniversário (mentiu para tentar passar pelos policiais), mas um policial não a deixou passar. A mãe tentou argumentar dizendo que eu tinha que estudar... ele

falou: só um dia de aula não mata ninguém não! Aí, eu encostado no carro, escutei eles falando que já tinham matado um homem lá dentro, e nós voltamos para trás. Lembro de tiros, de gente passando lá em casa...”

Nosso vizinho contava-nos que também havia ‘socorrido’ um rapaz que passara em sua casa pedindo ajuda; estava com as pernas quebradas e tentava desesperadamente fugir dali: “ninguém sabe, pode até ter morrido!”

Nossa tia, que morava há uns 100 metros da nossa casa, falava que só entendeu o que estava ocorrendo quando passou uma família na casa dela; uma família inteira mesmo: tinha mulher, homem, criança... Pediam água e continuavam correndo. Quando falaram porque estavam “fugindo”, minha tia, sem saber o que fazer, pegou os filhos e foi para nossa casa, num impulso natural de tentar se proteger da barbárie... Minha prima, que na época tinha uns 5 a 6 anos, lembra que seu pai chegou muita tarde da noite em casa. Meu pai também chegou tarde. Ele, meu tio, e um vizinho passaram por entre a mata fechada e por derrubadas, no escuro, e quando chegaram em casa era madrugada, sem comida, sem água, depois de ficarem sob o sol quente o dia todo. Meu pai foi preso quando estava indo levar meus avôs para casa. Iam passando pela estrada de manhazinha e ficaram presos, quem cuidou deles foi um pistoleiro, armado pela polícia. Primeiro os colocaram no meio do campo, na saída do acampamento, de onde eles podiam ver o movimento dos policiais com os sem-terra, depois os colocaram no curral onde ficaram cuidando para que não saíssem. Havia várias pessoas presas. Ninguém passava pela estrada. Quem aparecesse, ficava preso. Mesmo quem não tinha nada a ver, como nosso pai, nossos avós, nosso tio, um vizinho de sítio e vários outros presos ali. Nós morávamos ali e eles estavam apenas passando pela única estrada de acesso ao Assentamento. Era uma situação complicada para todos que moravam ao redor, pois os que saíam não voltavam na hora programada e a todo tempo chegavam em nossas casas pessoas feridas ou não pedindo ajuda (Juliana J. de Oliveira, 2018).

Minha mãe lembra que estava no curral tirando leite normalmente, quando de repente começou a passar gente, passaram umas 10 pessoas, perguntando pelo Bolo (meu tio) que estava no acampamento. Disseram que a polícia havia invadido o acampamento que ele estava lá quando começou o confronto, mas que havia sumido, e que já tinham matado uns 10 lá dentro, mas meu tio, aparentemente, conseguira escapar (Giselly J. Oliveira, 2018).

Angustitada e preocupada, minha mãe foi para dentro de casa ficar com a gente, cinco crianças pequenas, e relata que via gente passando pela estrada, que ficava uns 15 metros da porta, há todo instante alguém parava em casa para pedir ajuda: água, comida, ou simplesmente descansar um pouco para continuarem a caminhada. Lembra que passaram com a Vanessa também, subiram o morro, carregando-a, às vezes parando para descansar, com ela nos braços, sem vida, o que se via era desespero!

Lá em casa chegava muita gente, saía uns chegavam outros, ficou quase uma semana chegando gente frequentemente; quando pensava que tinha parado, do nada aparecia alguém que estava perdido. Com oito dias depois do massacre apareceu um casal, um homem e uma mulher que tinham saído pelos fundos do acampamento, por dentro da mata, a mulher estava grávida de 8 meses, carregavam só uma bacia de alumínio na mão, a única coisa que eles tinham conseguido pegar, e eles chegaram só com a roupa do corpo, desesperados, pedindo comida, cansados. Minha mãe deu comida e eles foram embora: nunca mais tivemos notícias. (Juliana J. Oliveira, 2018)

Algumas vezes, minha mãe relatava que, uns três a quatro dias depois do conflito, passou outro casal lá em casa, eram bem jovens e estavam muito assustados. O homem, mesmo cansado e faminto, carregava uns poucos pertences nas mãos, e era tudo o que conseguira salvar, eram algumas vasilhas e umas peças de roupa; a mulher, está por sua vez, minha mãe a descrevia como “fora de si”, não que estivesse louca, não! Ela parecia em transe, com os olhos olhando para lugar nenhum, como se nada importasse ou acontecesse ao seu redor, ela carregava um

bebê nos braços, filho deles. Estava morto e cheirava mal, mas ela o carregava firmemente no colo, apertando contra seu peito, como se ele ainda estivesse vivo. Não disseram se a criança morreu no confronto ou de fome, ou por outro motivo, visto que estavam perdidos no mato e sem alimentos... Agiam como se não tivessem notado que o bebê estava morto. Pediram comida e água, deixaram as vasilhas que disseram que voltariam para buscar, e seguiram viagem com o filho morto no colo. Também nunca mais se ouviu falar deles, se conseguiram chegar a algum lugar ou simplesmente ‘foram para junto do filho’. (Solange J. Oliveira, 2018)

Com o tempo as histórias vão se completando, pois cada vez que nossa vida cruza com a de algum sobrevivente daquele trágico nove de agosto, novas histórias são reveladas e os pontos se encontram.

O esposo de Solange também estava na região à época do massacre e teve seu pai diretamente envolvido na questão. Descrevendo a fala de seu esposo, Solange esclarece o desespero pelo qual o sogro passou: Numa conversa cotidiana, alguém fala sobre o massacre e do nada, meu esposo fala: “meu pai estava lá, escapou por pouco!”, Ele estava no barraco dele quando a polícia invadiu, na verdade, a gente via mais jagunço que polícia, e a polícia foi esperta, colocou os jagunços para entrar na frente, ela entrou atrás! Mas ele se deu conta da situação, saiu correndo sem pegar nada, nem olhar para trás. Ao chegar ao riozinho ali perto, escorregou e caiu dentro dele, acha que só está vivo por isso, por que quando tentou se levantar, só se ouvia as balas cantando para todo lado, gente chorando, gritando, para não ser atingida por bala, então, viu que o melhor era ficar agachado e torcer para ninguém o encontrar ali. Devagar, em silêncio, foi se arrastando rio acima, e quando sentiu que estava fora da zona de “guerra”, se levantou e saiu correndo mata adentro. Depois de algum tempo, chegou a estrada, onde se juntou com um grupo de pessoas que haviam conseguido escapar; elas carregavam a pequena Vanessa, baleada, porém ainda viva. Ele já tinha servido um tempo no Exército, e na fuga, deixou seus pertences todos para trás, inclusive os documentos, os quais, segundo ele soube pelos sobreviventes que encontrara pelo caminho, foram encontrados pela polícia, que ficou procurando por ele no meio dos camponeses rendidos. Eles iam matar meu pai se conseguissem pegar ele. (Solange J. Oliveira, 2018).

Conta ainda que no caminho, ajudou a carregar a menina Vanessa, levaram-na por um longo tempo, porém, ela não resistiu, e ao constatarem que estava morta, tiveram que abandonar o corpo dela para facilitar a caminhada e aumentar as chances de sair dali com vida. “meu pai chegou em casa uma semana depois do massacre, morávamos em Cerejeiras na casa do meu avô e ele foi andando do assentamento em casa (mais de 50 km), disse que quando ouvia o som de algum carro, corria para mato se esconder, pois temia que fosse a polícia. Ficou uns sessenta dias sem sair de casa, quase não conversava, e até hoje não gosta muito de falar sobre o assunto.” (Solange J. Oliveira).

Estas e tantas outras histórias fariam deste artigo um livro, fato é que, sempre que se fala sobre o massacre da Santa Elina, a angústia se materializa no olhar e na fala triste de quem se recorda, porém, muitos aprendizados são resultado desta “guerra” que aconteceu há mais de 20 anos e que continua ecoando na memória de quem esteve presente.

Em conversa com familiares e amigos, um vizinho comenta que o massacre ainda existe, é um massacre moderno, os assentados são diariamente, açoitados pelo descaso, confundidos com marginais, pagam para ter energia elétrica em suas casas, com estradas em péssimas condições, escolas sendo fechadas, falta qualidade de vida.

Os camponeses assentados recentemente nas terras pertencentes a Santa Elina, povoam hoje o município de Corumbiara, que com um êxodo, principalmente jovem, cada vez mais crescente, teria sua população drasticamente reduzida, não fossem as mais de 500 famílias assentadas. Estas pessoas são as mesmas que contribuem para o crescimento do município, que produzem e abastecem a feira local, as muitas crianças são o que impedem que ainda mais escolas rurais sejam fechadas, que mesmo prejudicadas pelas condições deprimentes de estrada

e transporte, não desistem do sonho de estudar e proporcionar a família uma vida realmente digna.

E isto não aconteceu somente com os novos assentamentos, mas também com o Adriana, Vitória da União, Verde Seringal, que não tem uma história de sangue, mas de luta semelhante e, que devido as dificuldades, procuram encontrar um outro “meio de vida”, chegando a acreditarem que “terra não dá resultado”, ou que seria impraticável.

Confesso que fiquei feliz em ouvir com confiança um vizinho afirmar que a luta está dando sim resultado, a vitória da Santa Elina é destas pessoas que recentemente foram assentadas e de tantas que estão empregadas em seus ‘lotes’, mesmo com todas as deficiências, o resultado existe, o massacre não foi em vão: basta “somar” os empregos gerados em todas as fazendas que existem no município de Corumbiara (que são muitas) e compará-los com a quantidade de assentados da Santa Elina (distribuídos nos 6 assentamentos criados), e perceber que todas as fazendas juntas não empregam metade do número de assentados (Giselly J. Oliveira, 2018).

Apesar dos programas de investimento rural, muitos ainda sentem insegurança em adquiri-los, devido à falta de acompanhamento/assistência, além da aplicabilidade incorreta que a maioria faz, o que resulta na falência, motivando-os a venderem suas terras para sanar a dívida, rumando novamente a cidade, sem teto, sem dinheiro e sem esperanças.

O que se vê é que, Corumbiara ainda tem pessoas que tentam manter a história de pé, mas que enfrentam um grande desafio que é tentar apagar isso, enquanto uns tentam mantê-la como um fato triste, mas ao mesmo tempo de povo organizado que luta por direito, outros tentam apaga-la por questões políticas. Mas também existem os lamentos de que os camponeses remanescentes de um massacre são desacreditados, são vistos como marginais e desocupados. O que fere ainda mais a honra que resta daqueles que sobreviveram a um massacre físico e que continuam lutando todos os dias contra um massacre psicológico e moral.

Corumbiara caso enterrado: vinte anos entre o esquecimento e a ocultação

No sentido de preservar a memória e a história, no dia dez de setembro de 2015, o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO) *campus* Colorado do Oeste, por meio de uma ação de extensão do projeto de pesquisa coordenado pelo professor Marcel Eméric B. de Araújo promoveu um evento de lançamento do livro “Corumbiara: caso enterrado” do jornalista João Peres. Para tal, líderes de movimentos sociais foram convidados, representantes do sindicato de trabalhadores rurais, professores e alunos do município de Corumbiara, assentados da Santa Elina, além de toda a comunidade acadêmica e servidores do IFRO-Colorado do Oeste.

O evento teve como tema: “Corumbiara caso enterrado, 20 anos entre o esquecimento e a ocultação”. Tema este, que descreveu muito bem o motivo de tal ato, pois, após 20 anos, todos os casos não resolvidos seriam prescritos pela justiça, ou seja, nada poderia ser feito pela memória e pela honra daqueles que lutaram bravamente, mas que morreram como indigentes no campo de batalha. A única forma de preservar a memória seria colocá-la em um livro para que as próximas gerações entendam, por dois pontos de vista (polícia e assentados) o que realmente aconteceu e tenham suas próprias conclusões, foi o que fez, João Peres, brilhantemente em sua obra.

Entre as memórias descritas, a mesa redonda com o autor do livro e os convidados (sindicato dos trabalhadores e MST e representante dos assentados) e as conversas casuais, via-se o espanto nos olhos, principalmente dos jovens alunos, que não conheciam parte da própria história ou que se negavam a crer que tais fatos realmente aconteceram.

Muitos dias após a realização do evento, via-se novamente efervescer uma discussão que há anos havia sido calada, ocultada, o que levou muitas pessoas a se questionarem: Por que o tema reforma agrária é tão omissos nos dias atuais?

Considerações finais

Falar de Corumbiara sem citar o “massacre da Santa Elina” é omitir o fato talvez mais relevante para a prospecção do município nos moldes de como se encontra atualmente. Se por um lado o episódio soa como um triste marco sangrento na nossa história, por outro, deu maior visibilidade aos confrontos agrários e à luta dos camponeses por terra e por dignidade, concentradas em grande maioria, nas mãos de latifundiários.

Embora várias pessoas vítimas ou testemunhas do combate sangrento residam em Corumbiara, pouco se fala sobre o assunto, até mesmo a questão da missa no dia 9 de agosto em homenagem às vítimas, era mais forte, eram feitos teatros, passeatas, e vinham muitas pessoas de “fora” também, hoje ainda se faz alguns atos, mas não com a mesma intensidade, com o mesmo sentimento... Este anseio de manter viva a memória das vítimas, de preservar nossa história, vem sendo enfraquecido a cada dia, mas o resultado existe: atualmente são mais de 500 famílias assentadas. Não é somente o fato do sangue derramado, mas a luta de classes por trás da “cortina” do embate entre sem terras e policiais.

Apesar do tempo decorrido e dos avanços no sentido de garantir aos menos favorecidos o acesso à terra de onde anseia produzir o mínimo para sua sobrevivência, a concentração de bens nas mãos de alguns poucos em detrimento da maioria permanece praticamente inalterada, pela aparente inércia do poder público, dirigida pelos interesses da classe latifundiária, que é também política.

Infelizmente, a história é esta. Para se ter certa vitória nessa luta, alguns tiveram seu sangue derramado, mas, ao menos, ajudaram os que vieram depois. Felizmente o massacre não foi em vão!

Referências

ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de; OLIVEIRA, Giselly Juchnievski de. **Espaço rural Rondoniense: Perspectivas de futuro em assentamentos de reforma agrária.** Beau Bassin: novas edições acadêmicas, 2018. 65 p.

ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de; OLIVEIRA, Giselly Juchnievski de; PEREIRA, Mariana Bertolin; MARTINS, Cristiane Reis. Dinâmica Social e mutações na produção familiar no assentamento Margarida Alves em Nova União Rondônia: Relatos de experiência. In: ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de; OLIVEIRA, Giselly Juchnievski de. **Espaço rural Rondoniense: Perspectivas de futuro em assentamentos de reforma agrária.** Beau Bassin: novas edições acadêmicas, 2018. 28-39 p.

ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de; SOBRINHO, Jair Alves; SOBRINHO, Jairo Alves. Assentamento “Vanessa” em Corumbiara – RO: um novo olhar sobre as perspectivas dos assentados. In: ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de; OLIVEIRA, Giselly Juchnievski de. **Espaço rural Rondoniense: Perspectivas de futuro em assentamentos de reforma agrária.** Beau Bassin: novas edições acadêmicas, 2018. 8-18 p.

_____. Rupturas e continuidade da luta pela terra no assentamento “Vanessa” no município de Corumbiara - Rondônia. In: ARAÚJO, Marcel Eméric Bizerra de;

OLIVEIRA, Giselly Juchniewski de. **Espaço rural Rondoniense: Perspectivas de futuro em assentamentos de reforma agrária.** Beau Bassin: novas edições acadêmicas, 2018. 20-26 p.

AROSTEGUI, J. Historia del presente e interacción generacional. *In: La Historia Viva. Sobre la historia del presente.* Madri: Alianza, 2004.

BERMEO, Nancy. Democracy and the lessons dictatorships. **ComparativePolitics**, vol. 24. n. 03, 1992. p. 273–291.

CARTER, Miguel. (Org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil.** São Paulo: UNESP, 2010.

COSME, Claudemir Martins. Reforma agrária no Brasil do século XXI: qual reforma agrária? **Dataluta**, n. 106, 2016.

COY, Martin. Desenvolvimento regional na periferia amazônica - Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “ponteira”: o caso de Rondônia. *In: AUBERIN, Catherine. Fronteiras.* Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

CPT - **Comissão Pastoral da Terra.** Disponível em: <http://cptrondonia.blogspot.com.br/2013/04/rondonia-supera-pa-no-numero-demortes.html>. Acesso em: 15. abril, 2013.

IBGE. Disponível em:<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ro/corumbiara/panorama>>. Acesso em: 30 de maio de 2018.

MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Experiência memória e aprendizagem. *In. TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (Org.). Experiência: o termo ausente? Sobre história, memória, trabalho e educação.* Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

_____. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

MESQUITA, Helena Angélica de. **O massacre de Corumbiara, RO 1995/2005: Dez anos de violência e impunidade.** III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia - Jornada Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Presidente Prudente, 2005.

MIRALHA, Wagner. Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje. **Revista NERA: Presidente Prudente**, n. 8, 2006. 151-172 p.

OLIVEIRA, José Lopes de. **Rondônia: geopolítica e estrutura fundiária.** Porto velho: Grafriel, 2010.

PERES, João. **Corumbiara caso enterrado.** Santo André: editora Elefante, 2015, 304 p.

PRADO JR., Caio. **A questão agrária no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SILVA, José Gomes da. A reforma agrária no Brasil. In. Stédile, João Pedro (org.). **A questão agrária do Brasil**: o debate da década de 1990. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 197-224.

STÉDILE, João Pedro. (org.) **A questão agrária no Brasil**: O debate na década de 1990.2. ed. São Paulo: expressão popular, 2013. 388 p.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia Diana R. **Experiência: o termo ausente?** Sobre história, memória, trabalho e educação. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.